

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias.

Referente ao 2º trimestre do exercício de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos conselheiros da

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA

Santos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022. As informações compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2022, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangentes para o período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “d”, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) iniciou, em 31 de janeiro de 2022, o período de consulta e audiência pública para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos. A primeira audiência pública foi realizada em 10 de fevereiro de 2022. A consulta pública encerrou-se em 28 de março de 2022. No dia 27 de julho de 2022, o projeto foi formalmente incluído no Programa Nacional de Desestatização. A próxima etapa será a submissão dos documentos revisados perante o Tribunal de Contas da União – TCU para análise e eventuais novos ajustes. O processo deve ser finalizado entre o 3T22 e 4T22, mantendo a previsão da publicação do edital, bem como da realização do Certame, no ano de 2022. Nesse momento, o resultado do processo de desestatização não tem potencial para afetar as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2022. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Capitalização AFAC

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 33, na AGE do dia 9 de agosto de 2022, foi aprovada a Proposta da Administração da operação do aumento de capital da companhia, no montante R\$ 185.613.880,10, conforme Decreto Presidencial não numerado de 10 de junho de 2011, com créditos provenientes da UNIÃO e do acionista minoritário (Município de Santos). Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Barueri, 12 de agosto de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091 OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.08.11 17:43:03 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		<u>1.748.095</u>	<u>1.473.202</u>	Circulante		<u>608.299</u>	<u>695.759</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	1.467.437	1.284.470	Salários, provisão de férias e encargos sociais	14	53.135	63.860
Contas a receber de clientes, líquidas	5	93.944	97.736	Fornecedores e prestadores de serviços.....		47.351	55.267
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	180.281	86.111	Impostos e contribuições	15	36.237	27.464
Estoques.....		576	600	Dividendos a pagar.....	23.3	-	76.946
Créditos tributários.....	7	2.303	2.023	Plano de pensão - contribuição mensal.....	16.2	2.432	4.804
Outros créditos.....	13	3.554	2.262	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	16.3	40.593	38.033
				Obras efetuadas por arrendatários	17	26.153	24.726
				Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	18.1	379.405	373.932
				Outras obrigações	22	22.993	30.727
Não Circulante		<u>2.716.795</u>	<u>2.496.386</u>	Não Circulante		<u>2.594.135</u>	<u>2.138.974</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>1.111.242</u>	<u>879.251</u>	Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	18.1	136.779	129.075
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	630.068	344.445	Receita diferida.....	20	1.283.351	749.607
Partes relacionadas.....	8	292	345	Obras efetuadas por arrendatários	17	84.501	92.043
Depósitos judiciais	9	127.532	132.286	Plano de pensão déficit atuarial.....	16.1	188.944	289.798
Bens destinados à alienação.....		432	458	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	16.3	483.729	472.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos....		344.711	393.518	Benefícios pós emprego.....	16.4	62.182	64.627
Créditos tributários.....	7	6.982	6.670	Créditos da União para aumento de capital.....	21	354.649	341.585
Outros créditos.....	13	1.225	1.529				
Imobilizado	10	1.603.025	1.614.108	Patrimônio Líquido		<u>1.262.456</u>	<u>1.134.855</u>
Intangível	11	2.528	3.027	Capital social.....	23.1	810.554	810.554
				Lucros (prejuízos) acumulados.....		280.062	-
				Reserva legal.....	23.2	16.199	16.199
				Reserva de dividendos adicionais propostos.....	23.3	-	230.837
				Outros resultados abrangentes	23.4	155.641	77.265
TOTAL DO ATIVO		<u>4.464.890</u>	<u>3.969.588</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.464.890</u>	<u>3.969.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Notas	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receita líquida	25	339.893	295.864	652.854	549.054
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(82.533)	(81.323)	(156.392)	(160.378)
Lucro bruto.....		257.360	214.541	496.462	388.676
Outras receitas (despesas) operacionais		(60.314)	(39.082)	(101.809)	(91.116)
Despesas administrativas e gerais	27	(64.033)	(43.339)	(103.596)	(89.382)
Outras receitas operacionais	28	6.854	7.853	7.093	8.112
Outras despesas operacionais	29	(3.135)	(3.596)	(5.306)	(9.846)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos.....		197.046	175.459	394.653	297.560
Resultado financeiro		28.783	(14.248)	46.186	(29.333)
Receitas financeiras	30	65.060	16.004	121.233	28.289
Despesas financeiras	30	(36.277)	(30.252)	(75.047)	(57.622)
Resultado antes dos tributos		225.829	161.211	440.839	268.227
Imposto de renda e Contribuição Social.....		(80.994)	(62.286)	(160.777)	(98.512)
Corrente	31.2	(58.761)	(43.211)	(111.970)	(70.089)
Diferido.....	31.1	(22.233)	(19.075)	(48.807)	(28.423)
Lucro (prejuízo) do período		144.835	98.925	280.062	169.715
LUCRO (PREJUÍZO) R\$ POR LOTE DE MIL AÇÕES	24	0,22	0,36	0,42	0,62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro (prejuízo) do período.....	144.835	98.925	280.062	169.715
Ganhos (Perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	73.251	(767)	77.032	51.116
Ganhos (Perdas) atuariais - plano de saúde.....	932	694	2.902	8.903
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	(2.402)	3.068	(1.558)	4.024
Resultado abrangente.....	216.616	101.920	358.438	233.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30/06/2022 E 30/06/2021
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2020	1.414.100	(45.093)	-	-	(1.132.493)	236.514
Ajuste de exercícios anteriores.....	-	-	-	-	(5.157)	(5.157)
Resultado do período de 01/01/2021 a 30/06/2021.....	-	-	-	-	169.715	169.715
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido	-	51.116	-	-	-	51.116
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	8.903	-	-	-	8.903
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	4.024	-	-	-	4.024
SALDOS EM 30/06/2021	1.414.100	18.950	-	-	(967.935)	465.115
SALDOS EM 31/12/2021	810.554	77.265	16.199	230.837	-	1.134.855
Resultado do período de 01/01/2022 a 30/06/2022.....	-	-	-	-	280.062	280.062
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido ...	-	77.032	-	-	-	77.032
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....	-	2.902	-	-	-	2.902
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....	-	(1.558)	-	-	-	(1.558)
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO de 2022	-	-	-	(230.837)	-	(230.837)
SALDOS EM 30/06/2022	810.554	155.641	16.199	-	280.062	1.262.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30/06/2022 E 30/06/2021
(em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	280.062	169.715
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Ajustes de exercícios anteriores.....	-	(5.157)
- Depreciação e amortização	19.936	20.542
- Provisão (Reversão) no valor recuperável de ativos - Impairment	-	132
- Valor residual de ativos baixados	9	2.114
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	13.177	10.726
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa.....	669	5.569
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	(14.644)	(11.051)
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	(7.018)	1.265
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	(4.155)	(13.769)
- Apropriação ao resultado de receitas diferidas.....	(24.506)	(19.982)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados.....	21.140	18.059
- Imposto de renda e CSLL diferidos	48.807	28.423
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	-	(68)
Contas a receber de clientes, líquidas	(336.592)	18.804
Estoques.....	24	(161)
Créditos tributários.....	(198)	(1.999)
Partes relacionadas	53	5.259
Depósitos judiciais	8.908	5.323
Outros ativos.....	(869)	(2.713)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	6.727	468
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	(10.724)	5.666
Impostos e contribuições.....	8.773	3.630
Plano de Pensão e benefícios pós emprego.....	(54.772)	(36.152)
Obras efetuadas por arrendatários.....	(6.116)	6.993
Receita diferida	558.250	964
Outros passivos.....	(7.736)	2.388
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....	499.205	214.988
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado.....	(8.441)	(11.686)
Aquisição de intangíveis.....	(14)	(186)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(8.455)	(11.872)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(307.783)	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	(307.783)	-
Total dos fluxos de caixa das atividades	182.967	203.116
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	182.967	203.116
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	1.284.470	859.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.467.437	1.062.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2022
em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "COMPANHIA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

Eventos Relevantes

a) Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em abril de 2022, a Companhia pagou dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas relativos ao ano calendário de 2021 no montante, atualizado monetariamente, de R\$ 317.598.

b) Nova tabela tarifária

A vigência da nova estrutura tarifária iniciou no dia 01/04/2022. No entanto, a COMPANHIA foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender por 6 meses a cobrança da nova tabela. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção, pelos usuários, dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas.

c) Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria

Conforme Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 24/03/2022, foram estipuladas condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-colaboradores aposentados, admitidos pela Companhia Docas de Santos - CDS (atual SPA). A adesão ao acordo é facultativa, mas, caso feita, será de forma individual, irrevogável e irretratável.

O prazo de adesão encerrou em 20/04/2022 e 66 ex-funcionários manifestaram a intenção de efetuar a adesão. A complementação de aposentadoria mensal deixará de ser paga a partir da quitação compensatória, que não prejudica ou interfere nas ações judiciais em andamento. Eventuais diferenças arbitradas judicialmente ficarão com seus reflexos

limitados à data da avença firmada, sem qualquer projeção futura ou possibilidade de gerar novação na ampla e irrestrita quitação firmada.

A efetivação do acordo extrajudicial depende, para sua consumação, de homologação judicial, pendente de decisão no bojo do processo em trâmite perante o Cejusc (Centro judiciário de solução de conflitos do TRT2).

d) Desestatização

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou em 10/02/2022, na Associação Comercial de Santos, a primeira audiência pública para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos, com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório de concessão da Autoridade Portuária. O período de consulta e audiência pública ocorreu entre 31/01/2022 e 28/03/2022, onde foram apresentadas mais de 550 contribuições no âmbito da Consulta Pública do projeto, representando importantes atualizações e aprimoramentos no modelo de desestatização.

No dia 27/07/2022 o projeto de Desestatização da Companhia foi formalmente incluído no Programa Nacional de Desestatização. A próxima etapa será a submissão dos documentos revisados perante o Tribunal de Contas da União – TCU, para análise e eventuais novos ajustes, processo que deve ser finalizado entre o 3T22 e 4T22, mantendo a previsão da publicação do Edital, bem como da realização do Certame no ano de 2022.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As informações contábeis intermediárias são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis intermediárias são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

2.1 – Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2022, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme ata de reunião realizada no dia 05 de agosto de 2022.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2022 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As práticas contábeis, estimativas, julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os

instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.

Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver

sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das informações contábeis intermediárias, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 12 meses contados da data de fechamento das informações contábeis intermediárias e no passivo não circulante as obrigações com vencimentos superiores a 12 meses contados da data de fechamento das informações contábeis intermediárias.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos lucros, acrescidos dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de arrendamento – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário nas demonstrações intermediárias.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária

vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita diferida

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e a data de término do contrato de arrendamento.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações intermediárias, sendo apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias tributáveis quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP aplicados sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Uso de estimativas

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	7.610	10.095
Aplicações financeiras	1.459.827	1.274.375
Total	1.467.437	1.284.470

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de renda fixa – BB	700.074	643.374
Fundo de renda fixa – CEF	759.753	631.001
Total	1.459.827	1.274.375

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Receber	100.405	120.528
Contas a Receber – recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	(21.736)	(38.067)
Total Contas a Receber líquido	93.944	97.736

(i) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão incluídas apenas empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do Aging List em conformidade com o Normativo interno da Companhia.

Os valores a receber decorrentes das atividades estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações vigente.

6. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGA

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	180.281	86.111
Não Circulante	630.068	344.445
Total Contas a Receber Líquido	810.349	430.556

Direitos contratuais de arrendamento – outorga, correspondem aos saldos das outorgas das áreas STS 14, STS 14A e STS 08A.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	6.981	6.670
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	1.914	1.831
Impostos retidos sobre faturamento	294	192
Outros Créditos	96	-
Total	9.285	8.693
Circulante	2.303	2.023
Não Circulante	6.982	6.670

(i) A importância registrada em IRPJ e CSLL pagos a maior decorre do pagamento efetuado sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018 e o procedimento de restituição foi solicitado, administrativamente, junto a Secretaria da Receita Federal.

(ii) O montante registrado de PIS e COFINS a recuperar refere-se a exclusão do ICMS na base de cálculo das citadas contribuições. Em março/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro/2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Entretanto, em maio/2021 o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal

deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos e ao método de atualização monetária dos montantes.

8. PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, conforme descrito na nota explicativa sumário das principais práticas contábeis e detalhada a seguir:

8.1 – Transações com órgãos da administração direta

São valores a recuperar decorrentes de cessão de funcionários a órgãos da administração direta federal:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	172	173
Ministério do Trabalho	109	153
Ministério da Economia em Itajaí/SC	3	11
Ministério da Infraestrutura	8	8
Total	292	345
Nº de funcionários cedidos	1	7

8.2 – Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

Trimestre findo em 30/06/2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	155	71	47	1.014	1.286
Encargos sociais	31	14	9	467	522
Remuneração variável	-	-	-	-	-
Previdência complementar	-	-	2	103	105
Remuneração total	186	85	58	1.584	1.913
Número de membros	7	2	2	5	16

No Comitê de Auditoria um dos três membros não é remunerado em função de participar também do Conselho de Administração.

Trimestre findo em 30/06/2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	116	61	62	1.109	1.348
Encargos sociais	23	12	12	463	511
Remuneração variável	-	-	-	-	-
Previdência complementar	-	-	-	15	15
Remuneração total	139	73	74	1.587	1.874
Número de membros	5	3	3	5	16

O Programa de Remuneração Variável dos membros da Diretoria Executiva está condicionado ao atendimento de pré-requisitos e de indicadores de desempenho. A remuneração variável a ser paga é apurada conforme o percentual de atingimento das metas.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais Trabalhistas	103.849	105.355
Depósitos Judiciais Cíveis	22.628	24.371
Depósitos Judiciais Tributários	1.055	2.560
Total	127.532	132.286

10. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de depreciação	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.148	(6.773)	1.375	8.167	(6.759)	1.408
Veículos	10%	1.201	(777)	424	1.201	(729)	472
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	17.508	(15.727)	1.781	17.439	(15.607)	1.832
Equipamentos Diversos	5% a 20%	4.524	(2.830)	1.694	4.194	(2.769)	1.425
Outros Bens Móveis	10%	853	(644)	209	710	(637)	73
Equipamentos de Informática	10% a 20%	49.417	(34.529)	14.888	48.005	(33.998)	14.007
Edifícios	2% a 7%	44.551	(18.789)	25.762	44.551	(18.239)	26.312
Instalações	1,43% a 20%	861.051	(160.377)	700.674	861.011	(154.981)	706.030
Obras em Andamento	-	68.878	-	68.878	63.447	-	63.447
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	15.287	(13.081)	2.206	15.299	(13.035)	2.264
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(80.663)	20.614	101.277	(79.844)	21.433
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	1,43% a 7%	254.948	(115.274)	139.674	254.948	(109.762)	145.186
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	1,43% a 5%	46.534	(29.372)	17.162	46.534	(28.872)	17.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	-	-	-	-	42.594	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	108.238	-	108.238	51.840	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	1,43% a 7%	664.223	(164.806)	499.417	678.026	(159.932)	518.094
Total		2.246.667	(643.642)	1.603.025	2.239.272	(625.164)	1.614.108

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 30/06/2022
Mobiliário em Geral	1.408	83	(5)	(107)	(4)	-	1.375
Veículos	472	-	-	(48)	-	-	424
Máquinas Motores e Aparelhos	1.832	71	-	(122)	-	-	1.781
Equipamentos Diversos	1.425	330	-	(61)	-	-	1.694
Outros Bens Móveis	73	145	-	(8)	(1)	-	209
Equipamentos de Informática	14.007	2.323	(4)	(1.353)	(85)	-	14.888
Edifícios	26.312	-	-	(550)	-	-	25.762
Instalações	706.030	58	-	(5.412)	(2)	-	700.674
Obras em Andamento	63.447	5.431	-	-	-	-	68.878
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	2.264	-	-	(57)	(1)	-	2.206
Bens Imóveis para Fins Industriais	21.433	-	-	(819)	-	-	20.614
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	145.186	-	-	(5.512)	-	-	139.674
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	17.662	-	-	(500)	-	-	17.162
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	(42.594)	-	-
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	56.398	-	108.238
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	518.094	-	-	(4.874)	(13.803)	-	499.417
Total	1.614.108	8.441	(9)	(19.423)	(92)	-	1.603.025

11. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 2.528 (R\$ 3.027 em 31/12/2021) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	4.849	(3.408)	1.441	4.849	(3.154)	1.695
Demais softwares	20%	29.116	(28.029)	1.087	29.119	(27.787)	1.332
Total		33.965	(31.437)	2.528	33.968	(30.941)	3.027

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 30/06/2022
Software - ERP	1.695	-	-	(254)	-	-	1.441
Demais softwares	1.332	14	-	(259)	-	-	1.087
Total	3.027	14	-	(513)	-	-	2.528

12. SEGUROS

Tipo	30/06/2022	31/12/2021
Riscos operacionais (i)	307.758	307.758
Responsabilidade civil dos Administradores (ii)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Automóveis e Casco Marítimo (iv)	2.119	2.119

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, como demonstrado a seguir:

(i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(ii) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 01/01/2022 a 31/12/2022.

(iii) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023.

(iv) Automóveis e Casco Marítimo

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 04/06/2022 a 03/06/2023. Outra apólice refere-se ao seguro de casco marítimo, com limite máximo de garantia e vigência de 01/03/2022 a 28/02/2023.

13. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas antecipadas	2.768	1.878
Adiantamento de férias e 13º salário	1.316	1.105
Sinistros cobertos por apólice	329	291
Cobrança de Plano de Saúde	201	208
Multa - Prefeitura de Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	39	183
Total	4.779	3.791
Circulante	3.554	2.262
Não Circulante	1.225	1.529

14. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	13.544	9.071
Provisão de férias	27.179	27.821
Provisão de 13º Salário	7.102	-
Encargos sociais	5.154	6.035
Participação nos lucros e Remuneração Variável de Administradores	156	20.933
Total	<u>53.135</u>	<u>63.860</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.329	6.282
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	9.542	8.298
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.339	6.701
Programa de integração social – PIS	2.033	1.767
Imposto sobre serviços – ISS	1.708	1.362
Retenção de tributos federais– Lei 10.833/03	1.018	1.818
Retenção para seguridade social – INSS	644	545
Imposto sobre circulação de mercadorias– ICMS	624	691
Total	<u>36.237</u>	<u>27.464</u>

16. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS

16.1 – Déficit Atuarial Portus

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	800.070	921.161
Custo no período	32.740	16.096
(Ganhos) perdas atuariais no período	(77.032)	(125.416)
Contribuições do empregador para o plano	(42.510)	(42.170)
Compartilhamento de risco	-	30.399
Saldo final	<u>713.266</u>	<u>800.070</u>
Plano de pensão déficit atuarial (16.1)	188.944	289.798
Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro (16.3)	524.322	510.272
Total	<u>713.266</u>	<u>800.070</u>

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de

previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

O Portus administra, para a Companhia, um único plano de benefício – Plano de Benefício Portus 1 PBP1–, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob o nº 19.780.055– 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11.

Cisão do Plano de Pensão Portus

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, CNPB nº 1978.0005–29, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho) para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (SPA).

A mensuração da obrigação atuarial dos planos é dependente, em parte, da seleção de várias premissas atuariais. A Companhia utiliza atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego. A revisão atuarial é efetuada pela empresa Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, e está apresentada abaixo:

Premissas adotadas	30/06/2022	31/12/2021
1. Taxa de desconto (nominal)	9,53%	8,91%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,53%	8,91%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Base de Dados	30/06/2022	31/12/2021
Participantes ativos (passivo principal)	181	181
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.061	4.061
Aposentados	2.411	2.411
Pensionistas	1.650	1.650
Número total de participantes	4.242	4.242
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,67	8,20

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
--	---------------	-----------------

1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	129.614	843.373
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.456)	-
3. Custo dos juros	5.706	35.933
4. Contribuições de participantes do plano	1.661	-
5. Benefícios pagos	-	(63.144)
6. (Ganho)/perda atuarial	(7.831)	(26.313)
6.a. (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	(6.518)	(32.489)
6.b. (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	(1.313)	6.176
6.c. (Ganho)/perda atuarial - redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	14.051
8. Obrigação de Benefício Definido no final do período	127.694	803.900

Valor Justo dos Ativos do Plano	30/06/2022		31/12/2021	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	0,00%	-	
2.b Realizável (Prev e Adm)	591.976	70,62%	565.225	75,36%
Contribuições Contratadas	523.531	62,45%	508.827	67,84%
Outros ativos a receber	68.445	8,16%	56.397	7,52%
2.C Títulos Públicos	42.432	5,06%	39.667	5,29%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	45.978	5,48%	39.527	5,27%
2.f Fundos de Investimentos	52.607	6,28%	52.457	6,99%
Renda Fixa	N/D	N/D	52.333	6,98%
Imobiliário	N/D	N/D	124	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	55.586	6,63%	52.676	7,02%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Precatórios - FND	49.208	5,87%	-	0,00%
2.j Outros - Depósitos Judiciários	494	0,06%	494	0,07%
Total Ativo	838.281	100,000%	750.046	100,000%
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		-	
(-) Contribuições Contratadas	(523.531)		(508.828)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(1.150)		(1.748)	
(-) Uso Próprio	N/D		(2.334)	
(-) Exigível Operacional	(1.070)		(1.719)	
(-) Exigível Contingencial	(27.297)		(28.461)	
(-) Fundo Previdencial	(31.469)		(13.499)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(35.758)		(20.055)	
Valor Justo dos Ativos Inicial	218.006		173.401	
Valor justo dos ativos	218.006		173.401	
Rentabilidade projetada para o período	1.594		1.191	
Saldo Previdencial do período	(1.272)		(1.673)	
Valor Justo dos Ativos final	218.328		172.919	

Outras Premissas Atuariais	30/06/2022		31/12/2021	
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível		Não Disponível	
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)		AT-2000 B (Male)	
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter		Hunter	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus		Família Padrão Portus	
	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Análises de Sensibilidade	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	915.024	949.403	915.618	948.109
Valor justo dos ativos do plano	218.328	218.328	218.328	218.328
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(696.696)	(731.075)	(697.290)	(729.781)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	524.322	524.322	524.322	524.322
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	95.626	99.219	95.688	99.084
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	203.164	210.798	203.296	210.510
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	126.416	103.264	126.016	104.135
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(696.696)	(731.075)	(697.290)	(729.781)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	524.322	524.322	524.322	524.322
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(172.374)	(206.753)	(172.968)	(205.459)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,78%	1,91%	-1,71%	1,77%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,32%	2,50%	-2,24%	2,32%

16.2 – Contribuições mensais

Os valores constantes do Balanço Patrimonial de R\$ 2.432 (R\$ 4.804 em 31/12/2021) são relativos às contribuições mensais devidas ao Portus referente ao mês de junho.

16.3 – Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Em 21 de setembro de 1981, a Companhia firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano

de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial TCF – Plano PBP1	510.272	487.416
(-) Pagamento de Parcelas	(26.337)	(48.533)
(+) Juros e atualização monetária	40.387	71.389
Saldo devedor remanescente	524.322	510.272
Circulante	40.593	38.033
Não circulante	483.729	472.239

16.4 – Benefícios Pós Emprego

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência à Saúde (i)	13.561	16.223
Complementação de aposentadoria (ii)	48.621	48.404
Total	62.182	64.627

(i) Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a Companhia subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano e desde 01/05/2021 o ex-empregado é responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, desde maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Premissas utilizadas nos cálculos

Item	30/06/2022	31/12/2021
Duration dos benefícios (anos)	11,19	11,19
NTN-B (vencimento)	2040	2040
Taxa indicativa da NTN-B	5,9798% a.a.	5,3924% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a VP)	5,9798% a.a.	5,3924% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Taxa nominal anual de juros	9,6891% a.a.	9,0811% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	9,6891% a.a.	9,0811% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	3,05%	3,05%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Família Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Segregação do Valor Presente da Obrigação

Detalhe	30/06/2022	31/12/2021
Benefícios a Conceder	2.072	2.653
Benefícios Concedidos	11.489	13.570
Total	13.561	16.223

(ii) Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente são 215 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes. Não existem mais funcionários ativos que preencham os requisitos de direito ao benefício

Conciliação da obrigação do benefício definido	30/06/2022	31/12/2021
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	48.404	56.210
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	2.007	3.498
4. Benefícios pagos	(3.348)	(7.735)
5. (Ganho) perda atuarial – Resultados Abrangentes	1.558	(3.569)
5.1 (Ganho) perda atuarial – mudança de premissas	(1.454)	(7.384)
5.2 (Ganho) perda atuarial – ajuste de experiência	3.012	3.815
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	48.621	48.404

17. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	Saldo 31/12/2021	Correção 2022	Pagamentos 2022	Saldo 30/06/2022
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027) Correção: IPCA/mensal	113.035	6.015	(10.967)	108.083
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023) Correção: TJLP/trimestral	3.734	111	(1.274)	2.571
Total	116.769	6.126	(12.241)	110.654
Circulante	24.726			26.153
Não Circulante	92.043			84.501

O índice de atualização monetária do contrato da empresa Brasil Terminal Portuário foi alterado de IGPM para IPCA de acordo com o aditivo contratual nº 07.

18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante

suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

18.1 Processos judiciais provisionados:

Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	203.716	267.983	471.699
(+) Adições	97.850	37.395	135.245
(-) Reversão e baixas	(58.678)	(45.259)	(103.937)
Saldo em 31/12/2021	242.888	260.119	503.007
(+) Adições	32.576	26.220	58.796
(-) Reversão e baixas	(45.492)	(127)	(45.619)
Saldo em 30/06/2022	229.972	286.212	516.184
Circulante	155.291	224.114	379.405
Não Circulante	74.681	62.098	136.779

18.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis está demonstrado abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	100.816	101.788
Processos Cíveis (i)	3.614.561	3.298.912
Total	3.715.377	3.400.700

(i) Processos judiciais não provisionados – cíveis

Com relação aos processos cíveis classificados pelo Departamento Jurídico como perda possível no montante de R\$ 3.614.561 (R\$ 3.298.912 em 2021), destacamos os três mais relevantes que representam 87,5% do total (87,0% em 2021):

Reclamante	Foro	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Portus – Instituto de Seguridade Social (I)	Rio de Janeiro	2.263.060	2.081.084
Rodrimar S/A Transportes (II)	Santos	612.840	525.289
Consórcio Draga Brasil (III)	Seção Judiciária– DF	286.459	263.671
Subtotal		<u>3.162.359</u>	<u>2.870.044</u>
Outros Processos		452.202	428.868
Total		<u>3.614.561</u>	<u>3.298.912</u>

I. Portus Instituto de Seguridade Social – O montante mencionado e considerado para fins de estimativa, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras.

II. Rodrimar S/A Transportes – Considerando que inexistente, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação desta, já transitada em julgado, procedeu-se, para fins de provisionamento, a uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R\$ 40 milhões, atualmente provisionado como "provável". Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou como perda possível o montante de R\$ 613 milhões (R\$ 525 milhões em 2021), correspondente à diferença atualizada do valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A. A manutenção da decisão judicial vigente e a realização de nova perícia são essenciais para a determinação dos valores em litígio. A Companhia e a União Federal estão pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada. A empresa Rodrimar reivindica a revalidação do laudo pericial, justificando dessa forma a classificação do valor provisionado da demanda judicial segregado em provável e possível.

III. Consórcio Draga Brasil – Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo N° 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria

Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente–anuente.

19. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Diretoria Executiva, em 09/02/2022, aprovou o Programa Incentivado de Desligamento Voluntário (PIDV). O período de adesões ocorreu entre 22/02/2022 e 14/03/2022, sendo reaberto entre 09/05/2022 e 20/05/2022, e se destinou prioritariamente aos empregados com 35 anos ou mais de serviço na Companhia e idade igual ou superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos no período de 29/03/2022 a 30/06/2022.

A implantação do PIDV–2022 está alinhada ao Plano Estratégico institucional da Companhia 2021–2025, especificamente à diretriz “Renovação e adequação do quadro funcional”. O incentivo concedido foi de 16,5 salários com piso de R\$ 50 mil e teto de R\$ 280 mil, acrescido das verbas rescisórias (saldo salarial, 13º salário proporcional e férias vencidas e/ou proporcionais).

Ao término das inscrições foram efetivadas 97 (noventa e sete) adesões com todos os desligamentos concluídos até 30/06/2022, com custo de R\$ 10.691 e payback estimado em 8,3 meses.

20. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de Outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento. No semestre findo em 30/06/2022 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 24.506 (R\$ 20.318 em 30/06/2021). Com a assinatura do contrato com a Petróleo Brasileiro S/A foi adicionado as receitas diferidas a importância de R\$ 558.250, conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	30/12/2021	Adições	Apropriações	30/06/2022
Santos Brasil Part. S/A	300	5	4.676	-	(2.551)	2.125
Term. Exportador Santos S/A	300	150	113.767	-	(4.376)	109.391
Cargill Agrícola S/A	300	150	142.704	-	(5.488)	137.216
Bradesco S/A	60	46	1.127	-	(130)	997
Eldorado Brasil S/A	300	283	240.833	-	(5.000)	235.833
Bracell SP Celulose	300	284	246.500	-	(5.100)	241.400
Petróleo Brasileiro S/A	300	299	-	558.250	(1.861)	556.389
Total			749.607	558.250	(24.506)	1.283.351

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela Companhia até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incidem atualização monetária. A composição está no quadro abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	341.585	866.079
Aumento de capital no exercício	-	(528.947)
Devoluções à UNIÃO no exercício	-	(12.286)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	13.064	16.739
Saldo final	<u>354.649</u>	<u>341.585</u>

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de Tarifa Portuária (i)	13.318	15.876
Caução de garantia (ii)	7.681	6.581
Adicional de Tarifa Portuária (iii)	-	6.476
Pensões judiciais	516	501
Empréstimo consignado - colaboradores	314	212
Contribuições sociais e sindicais	337	337
Plano de Previdência Contribuição Definida	570	493
Diversos	257	251
Total - Circulante	<u>22.993</u>	<u>30.727</u>

(i) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

(ii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

(iii) O montante de R\$ 6.476 foi baixado em Jun/2022 ao resultado em função da prescrição dos prazos constantes nos artigos 205 e seguintes do Código Civil.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 – Capital social

O Capital Social é de R\$ 810.554 (R\$ 810.554 em 2021) representado por 666.681.188.389 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com 666.681.187.327 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.062 ações (0,00000016%).

23.2 – Reserva Legal

O saldo da Reserva Legal é de R\$ 16.199 e foi constituída à base de 5% do lucro líquido ajustado, antes de qualquer destinação e limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

23.3 – Dividendos a pagar e Reserva de dividendos adicionais propostos

Conforme Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 25/04/2022, os dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 230.837 foram aprovados e, junto ao dividendo mínimo obrigatório, no total de R\$ 307.783 foram reconhecidos em 31/12/2021. Este montante foi atualizado monetariamente com base na variação da Taxa Selic entre 31/12/2021 e 26/04/2022, e pago em 27/04/2022 no total de R\$ 317.598.

23.4 – Outros resultados abrangentes

Os valores registrados nessa rubrica decorrem de itens que não serão reclassificados para o resultado acumulado e as premissas atuariais são revisadas trimestralmente por empresa especializada. A composição do saldo no patrimônio líquido é de itens correspondentes a benefícios pós emprego e a natureza deles está discriminada a seguir:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	77.265	(45.093)
Ganho atuarial – plano de pensão de benefício definido	77.032	103.554
Ganho atuarial – plano de saúde	2.902	15.235
Perda atuarial – complementação de aposentadorias	(1.558)	3.569
Saldo final	<u>155.641</u>	<u>77.265</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas	280.062	169.715
Número de ações (em milhares)	666.681.188	273.680.196
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	R\$ 0,42	R\$ 0,62

25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>01/04/2022 a</u>	<u>01/04/2021 a</u>		
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas tarifárias				
- Utilização da infraestrutura portuária	148.299	153.516	291.712	279.080
- Utilização da infraestrutura terrestre	51.761	29.499	91.063	60.549
- Acostagem	23.486	13.896	41.805	27.479
- Fornecimento de energia	11.977	11.593	26.660	21.429
- Outras receitas	3.360	3.045	7.492	5.953
Total Receitas Tarifárias	238.883	211.549	458.732	394.490
Receitas de arrendamento (Nota 25.2)	150.189	127.506	291.758	234.808
Receita Total	389.072	339.055	750.490	629.298
- Cancelamentos	-	-	(2.893)	-
- Imposto sobre serviços - ISS	(11.233)	(9.912)	(21.235)	(18.481)
- Imposto circulação de mercadorias- ICMS	(2.156)	(2.087)	(4.799)	(3.857)
- Programa de integração social - PIS	(6.384)	(5.564)	(12.256)	(10.329)
- Contribuição financ. seg.social- COFINS	(29.406)	(25.628)	(56.453)	(47.577)
Total	339.893	295.864	652.854	549.054

25.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura Aquaviária:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);

- Serviços Gerais:
A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertiooga e de outros serviços complementares.

Em fevereiro de 2022 entrou em vigor, de forma gradativa, a nova tabela tarifária abrangendo a Tabela I (Infraestrutura Aquaviária), mas a implementação foi prorrogada por decisão judicial para abril de 2022.

25.2 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site www.portodesantos.com.br. Os principais contratos são:

ARRENDATÁRIO	2T22	2T21	6M22	6M21
Santos Brasil Participações S/A	24.126	20.886	50.177	40.720
TES – Terminal Exportador de Santos S/A	14.626	11.317	26.240	21.202
TEG – Terminal Exportador do Guarujá	13.367	13.858	22.575	20.042
Petrobras Transporte S/A Transpetro	10.274	7.026	20.549	14.052
Elevações Portuárias S/A	5.926	5.713	11.597	10.258
Brasil Terminal Portuário S/A	4.986	4.370	10.318	9.254
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	5.407	4.920	10.197	8.933
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	4.509	3.935	9.778	7.056
ADM do Brasil Ltda	4.612	4.357	9.040	8.695
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	4.465	3.560	8.155	5.051
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	4.031	3.074	8.061	6.051
Ecoporto Santos S/A	3.780	2.784	7.560	5.569
Hidrovias do Brasil Administração Portuária	2.887	3.485	5.774	7.836
Bracell SP Celulose Ltda	2.931	1.482	5.751	1.571
Localfrio S/A Armazéns Gerais Frigorífico	2.548	2.735	5.539	4.992
Terminal 12A S/A	2.130	1.624	4.367	3.350
Marimex Despachos, Transp. e Serviços	2.070	1.749	4.194	3.554
Concais S/A	1.879	345	4.007	689
Fibra Terminal de Celulose de Santos S/A	1.920	2.025	3.886	3.957
Terminal Marítimo do Guarujá S/A	1.962	1.603	3.849	3.215
Subtotal	118.436	100.848	231.614	186.047
Demais contratos	18.635	15.401	35.768	28.779
Apropriação da receita diferida	13.118	11.257	24.376	19.982
Receita de arrendamentos – Nota 25	150.189	127.506	291.758	234.808

26. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>01/04/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	30.781	31.136	59.664	60.645
Encargos sociais	9.316	9.999	17.838	19.543
Serviços de terceiros	27.720	25.685	48.458	50.981
Depreciação e amortização	9.934	10.207	19.936	20.542
Aluguéis	2.348	1.894	4.635	3.657
Utilidades, serviços e materiais	2.434	2.402	5.861	5.010
Total	82.533	81.323	156.392	160.378

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>01/04/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	15.706	9.793	30.208	31.583
Encargos sociais	4.673	4.688	8.837	9.111
Serviços de Terceiros	2.596	2.498	4.726	4.045
Aluguéis	294	145	513	283
Utilidades e serviços e materiais	2.507	1.827	4.871	3.103
Impostos, taxas e contribuições	622	641	1.027	1.084
Demandas judiciais	34.599	21.255	48.918	35.942
Órgãos Colegiados (i)	1.050	953	2.016	1.890
Outras	1.986	1.539	2.480	2.341
Total	64.033	43.339	103.596	89.382

(i) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e aos outros membros não pertencentes à União.

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>01/04/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>	<u>01/04/2021 a</u> <u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Reversão do saldo de ATP (i)	6.476	-	6.476	-
Venda de Materiais –Sucatas e Outros	230	6.166	233	6.176
Indenizações e Multas Contratuais	71	7	242	14
Cessão do direito operacional	65	117	130	336
PIS/COFINS–Exclusão ICMS na base de cálculo	-	1.563	-	1.563
Outras	12	-	12	16
Total	6.854	7.853	7.093	8.112

(i) O montante de R\$ 6.476 refere-se ao saldo de ATP – Adicional de Tarifa Portuária, registrado no Passivo Circulante, baixado em Jun/2022 ao resultado em função da prescrição dos prazos constantes nos artigos 205 e seguintes do Código Civil.

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>01/04/2022 a</u>		<u>01/04/2021 a</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Perda (ganho) atuarial plano de pensão (i)	(400)	247	(9.265)	(1.098)
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	1.254	-	10.691	-
Perda (ganho) atuarial benefício pós emprego (i)	1.097	1.109	2.247	2.365
Multas	792	39	827	407
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	118	1.733	127	2.096
Constituição(reversão) créd. liquidação duvidosa	-	-	(867)	5.569
Perda com créditos incobráveis	-	4	867	4
Perdas com Créditos – Decisão Judicial	-	317	-	317
Redução ao valor recuperável de ativos	-	132	-	132
Outras	274	15	679	54
Total	3.135	3.596	5.306	9.846

(i) Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, decorrente da contabilização do déficit (superávit) atuarial conforme notas explicativas nº 16.1, 16.4(i) e 16.4(ii), respectivamente

30. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>01/04/2022 a</u>		<u>01/04/2021 a</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas Financeiras				
Juros e variação monetária	25.920	8.902	50.643	20.261
Rendimentos de aplicações financeiras	38.811	6.710	69.974	7.462
Outras	329	392	616	566
Receitas Financeiras Totais	65.060	16.004	121.233	28.289
Despesas Financeiras				
Juros sobre TCF – Plano de pensão	(17.115)	(15.283)	(40.387)	(30.493)
Juros pagos ou incorridos	(12.618)	(3.507)	(22.897)	(7.678)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.025)	(744)	(5.637)	(1.316)
Variação monetária	(3.519)	(10.720)	(6.126)	(18.135)
Despesas Financeiras Totais	(36.277)	(30.252)	(75.047)	(57.622)
Resultado Financeiro Líquido	28.783	(14.248)	46.186	(29.333)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

31.1 – Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	30/06/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	229.972	57.493	20.697	78.190
Provisão Cível	286.212	71.553	25.759	97.313
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.275	3.819	1.374	5.194
Provisão Fornecedores	25.260	6.315	2.273	8.588
Impairment	9.339	2.335	840	3.175
Prejuízo Fiscal IRPJ	448.885	112.221	-	112.221
Base Negativa CSLL	444.775	-	40.030	40.030
Total Geral		253.736	90.973	344.711

	31/12/2021			
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	242.888	60.722	21.859	82.581
Provisão Cível	260.119	65.030	23.410	88.440
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.473	3.868	1.393	5.261
Provisão Fornecedores	39.904	9.976	3.591	13.567
Impairment	10.071	2.518	907	3.425
Prejuízo Fiscal IRPJ	589.987	147.497	-	147.497
Base Negativa CSLL	586.076	-	52.747	52.747
Total Geral		289.611	103.907	393.518

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

2022	104.405
2023	144.318
2024	49.391
2025	22.634
2026	4.175
2026 em diante	19.788
Total	<u>344.711</u>

31.2 – Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA		30/06/2022	30/06/2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e CSLL		440.839	268.227
Alíquota de Imposto de Renda e CSLL (34%)		(149.886)	(91.197)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base		
Incentivos fiscais	796	271	-
Lucro não tributado pelo adicional	120	12	12
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(33.368)	(11.345)	(10.798)
Encargos de depreciação – IPC/BTNF	(666)	(60)	(60)
Outras adições permanentes	(3.478)	(1.183)	(1.151)
(Adições) e Exclusões Temporárias			
Depreciação de impairment	731	249	350
Reversão(constituição) de impairment sobre ativos	-	-	(44)
Outras (adições) exclusões temporárias	5.820	1.979	2.755
Total dos ajustes		(10.077)	(8.936)
Compensação de prejuízo fiscal IR – 25%	141.102	35.275	22.078
Compensação da base negativa da CSLL – 9%	141.301	12.717	7.966
Imposto de renda e contribuição social		(111.970)	(70.089)
Tributos sobre o lucro contabilizados:			
Imposto de Renda Corrente		(82.297)	(51.502)
Contribuição Social Corrente		(29.673)	(18.587)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(48.807)	(28.423)
TOTAL		(160.777)	(98.512)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro		36,47%	36,73%

32. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: junho/2022) pagas pela Companhia aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- Maior remuneração	46.103,47
- Menor remuneração	40.172,74
- Remuneração média	42.333,82
EMPREGADOS	
- Maior remuneração	41.927,03
- Menor remuneração	3.123,67
- Remuneração média	12.558,34

Os benefícios incluídos no quadro acima são: seguro de vida, auxílio alimentação e transporte, plano de saúde, plano de previdência privada, entre outros.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 – Capitalização AFAC

Na AGE realizada em 09/08/2022 foi aprovada a Proposta da Administração abrangendo operação de aumento de capital da Companhia, no montante R\$ 185.613.880,10, conforme Decreto Presidencial não numerado de 10/06/2011, com créditos provenientes da UNIÃO e do acionista minoritário (Município de Santos).

Com a efetivação dessa operação, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 996.168.262,54, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Acionistas	Informações em R\$		
	Capital Anterior	Aumento de Capital	Capital Social após Integralização
União Federal	810.554.381,15	185.613.879,80	996.168.260,95
Minoritários	1,29	0,30	1,59
TOTAL	810.554.382,44	185.613.880,10	996.168.262,54

FERNANDO HENRIQUE PASSOS
BIRAL:17269315876

Assinado de forma digital por FERNANDO HENRIQUE PASSOS
 BIRAL:17269315876
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR AÇÃO CERTIFICADORA, ou=23731308000102, cn=FERNANDO HENRIQUE PASSOS
 BIRAL:17269315876
 Dados: 2022.08.11 19:52:59 -03'00'

FERNANDO H. PASSOS BIRAL
 Diretor Presidente

MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
 4

Assinado de forma digital por MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SIMPLE WAY CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial, ou=29406892000107, cn=MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
 Dados: 2022.08.11 17:40:42 -03'00'

MARCUS DOS SANTOS MINGONI
 Diretor de Administração e Finanças

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759

Assinado de forma digital por MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR AÇÃO CERTIFICADORA, ou=23731308000102, cn=MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
 Dados: 2022.08.11 18:39:34 -03'00'

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
 Diretor de Operações

BRUNO STUPELLO:29213314892

Assinado de forma digital por BRUNO STUPELLO:29213314892
 Dados: 2022.08.12 10:03:52 -03'00'

BRUNO STUPELLO
 Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR:34443223720

Assinado de forma digital por AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR:34443223720
 Dados: 2022.08.11 17:44:22 -03'00'

AFRÂNIO DE PAIVA M. JUNIOR
 Diretor de Infraestrutura

LUCIANA PARREIRA PINHEIRO PEREIRA:19931218894

Assinado de forma digital por LUCIANA PARREIRA PINHEIRO PEREIRA:19931218894
 Dados: 2022.08.11 17:09:47 -03'00'

LUCIANA PARREIRA P PEREIRA
 Gerente de Contabilidade
 CRC 1SP 188.629/O-3